



A FUNCIONALIDADE DO ESTADO NO PROCESSO DE SUBSUNÇÃO DO TRABALHO CAMPONÊS AO CAPITAL: REFLEXÕES TEÓRICAS¹

Wagnervalter Dutra Júnior

Programa de Pós Graduação em Geografia da UFS

RESUMO

O presente artigo compreende um conjunto de reflexões teóricas que procura analisar a funcionalidade mediadora do Estado para o capital nas suas ações e intervenções no processo de formação territorial dos movimentos sociais no campo (com foco no MST – Assentamento Amaralina em Vitória da Conquista – Ba), e as possibilidades de subsunção do trabalho camponês a partir de tal mediação. Constrói a análise buscando compreender a natureza das ações e intervenções do Estado no processo de espacialização e territorialização do assentamento, identificando as formas de mediação do Estado para a subsunção do trabalho camponês ao capital; bem como a relação que a reestruturação produtiva do capital e as metamorfoses no mundo do trabalho estabelecem com o contexto escalar do vaivém do capital em que se situa contemporaneamente o trabalho camponês (e os sujeitos sociais do assentamento em análise). A perspectiva da análise se coloca a partir da clareza que se tem consoante às formas de sociometabolismo do capital no campo contemporaneamente, os quais afirmam a lógica destrutiva do agronegócio tendo o Estado burguês como grande aliado dos capitalistas do complexo agro-químico-alimentar, na marcha da subsunção sutil do trabalho camponês ao capital e na alienação do território ao valor de troca.

Palavras-chave: Estado, capital, trabalho camponês, subsunção, MST (assentamento Amaralina).

ABSTRACT

The present article includes a group of theoretical reflections that tries to analyze the joint functionality of the State for the capital in their actions and interventions in the process of territorial formation of the social movements in the field (especially MST- the landless settling of Amaralina in Vitória da Conquista- BA), and the possibilities of the work farmer's overwhelming starting from such mediation. It makes the analysis trying to understand the nature of the actions and interventions of the State in the space and territorialization process of the establishment, identifying the forms of mediation of the State for the overwhelm of the farm work to the capital; as well as the relationship that the productive restructuring of the capital and the metamorphoses in the world of the work

establish with the scale context of the sway of the capital in that locates contemporary the work farmer (and the social subjects of the settling in analysis). The analysis perspective starts from the clarity that consonant is had to the forms of socio-metabolism of the capital in the contemporaneous field, that affirms the destructive logic of the agribusiness and the bourgeois State is great ally of the capitalists of the agriculture-chemical-feed compound, in the march of the subtle overwhelming of the farm work to the capital and in the alienation of the territory to the exchange value.

Key words: State, capital, farm work, overwhelming, MST (the landless settling of Amaralina).

Introdução

O presente artigo compreende um conjunto de reflexões teóricas que fundamenta parte da pesquisa de mestrado em andamento, vinculada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. O que se procura analisar é a funcionalidade mediadora do Estado para o capital nas suas ações e intervenções no processo de formação territorial dos movimentos sociais no campo (em especial o MST – Assentamento Amaralina em Vitória da Conquista – Ba), e as possibilidades de subsunção do trabalho camponês a partir de tal mediação.

Compreender a natureza das ações e intervenções do Estado no processo de espacialização e territorialização do assentamento, identificando as formas de mediação do Estado para a subsunção do trabalho camponês ao capital, bem como a relação que a reestruturação produtiva do capital e as metamorfoses no mundo do trabalho estabelecem com o contexto escalar do vaivém do capital em que se situa contemporaneamente o trabalho camponês (e os sujeitos sociais do assentamento em análise) configura-se a base norteadora do estudo. A perspectiva assumida aqui é de que as formas de sociometabolismo do capital no campo contemporaneamente afirmam a lógica destrutiva do agronegócio e o Estado burguês (parte do núcleo constitutivo do sistema do capital: o tripé Estado – Capital – Trabalho, conforme Mészáros) é grande aliado dos capitalistas do complexo agro-químico-alimentar, na marcha da subsunção sutil do trabalho camponês ao capital e na alienação do território ao valor de troca.

Considerações iniciais

Diante das transformações que vêm ocorrendo ultimamente na estrutura da economia e da sociedade capitalista é de extrema importância entender de que maneira tais transformações e desregulações (no mundo do trabalho) se impõem diante da realidade brasileira. Tendo em vista a aliança entre o capital e a

propriedade da terra no país parece imprescindível que essa compreensão se faça a partir do campo, objetivando sempre o entendimento da complexa trama do sistema do capital nas diversas localidades e de como tais realidades se constroem, no mundo contemporâneo a partir deste processo.

No momento histórico atual a contradição se materializa diferentemente dos períodos anteriores. No geral, a contradição do modo de produção capitalista é a produção social e a apropriação individual. Agora, há um contingente de homens que não integra mais as relações capitalistas, nem do lado do capital constante, nem do capital variável e nem da mais-valia. Não tem onde e como produzir parcela da riqueza social e, por conseguinte, não dispõe do trabalho para se apropriar da parcela que necessitam para viver. Não são só desprovidos dos meios de produção; agora, também, são desprovidos das próprias relações sociais. São excluídos do processo social como supérfluos às condições dadas (AUED, 2000, p. 12).

A condição contraditória da produção do valor na sociedade capitalista engendra uma série de processos para subsunção do trabalho no qual, a produção da mercadoria se dá como viabilidade de realização do capital. Na sociedade atual, a mercadoria é a forma social mais simples sob o qual toma corpo o produto do trabalho, e coexiste com a perda de sentido que está na sua gênese, ou seja, o valor de uso produzido para outro. O estranhamento está enraizado na produção capitalista de mercadorias, mas, como possibilidade, o trabalho humano abstrato é a mediação desse processo. “As propriedades materiais só interessam pela utilidade que dão às mercadorias, por fazerem destas valores de uso. Põem-se de lado os valores de uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas” (MARX, 2002, p. 59). A priori o valor de troca se realiza ‘pelo’ valor de uso, mas negando-o em essência. Nesse aspecto, realizar o valor se põe como transmutação de toda a espécie de trabalho humano concreto em trabalho humano abstrato.

Se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas, então, o produto do trabalho terá passado por uma transmutação. Pondo de lado seu valor-de-uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor-de-uso. Ele não é mais uma mesa, casa, fio ou qualquer outra coisa útil. Sumiram todas as suas qualidades materiais. Também não é mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outra forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhadores nele incorporados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas,

a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (MARX, 2002, p. 60).

A ‘perpetuação’ da sociedade pautada no modo de reprodução sociometabólico do capital viabiliza-se a partir da expansão do valor de troca, o que pode ser pensado como expansão do trabalho humano abstrato (apropriação de sobretrabalho). A poderosa estrutura totalizadora da reprodução capitalista, em suas diversas dimensões, apreende a totalidade da vida humana. A propriedade privada dos meios de produção e o trabalho assalariado são garantidos (para garantirem o sistema do capital) a partir das estruturas jurídico-políticas e ideológicas sem as quais a manutenção de uma sociedade de classes não se daria. As materializações de tais estruturas se dão em parte pela ação do Estado, que em grande medida é responsável pela garantia institucionalizada da exploração do trabalho. A grande contradição de classe é a desrealização do ser humano pelo trabalho, têm-se, portanto, um antagonismo inconciliável. Aqui o Estado é fundamental ao sistema do capital, como coloca Lênin:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis. (2007, p. 25).

Para dirimir os conflitos possíveis em uma sociedade baseada na exploração dos ‘sem-propriedade’ é que se preenche o sentido existencial do Estado. A burocracia e o exército permanente, instituições que segundo Lênin (2007) são as mais típicas da máquina estatal, têm o seu uso posto para esvaziar o sentido de muitas “rebeldias” cotidianas no âmbito das contradições da sociabilidade do valor de troca.

Compreende-se, portanto, que a reflexão sobre o Estado no âmbito da condição sociometabólica do capital é de suma importância para desvelar as formas sutis de apropriação do trabalho e da vida humana pela órbita do valor de troca (a ampliação da produção capitalista traz consigo a difusão universal da alienação e da reificação, tendo em vista a tendência dessa forma específica do valor se por universalmente).

O sistema do capital em sua tendência histórica totalizadora dá substância histórica ao Estado contemporâneo.

[...] é tanto mais revelador que o Estado moderno tenha emergido com a mesma inexorabilidade que caracteriza a triunfante difusão das estruturas econômicas do capital, complementando-as na forma da *estrutura totalizadora de comando político do capital*. Este

implacável desdobramento das estruturas estreitamente entrelaçadas do capital em todas as esferas é essencial para o estabelecimento da viabilidade limitada desse modo de controle sociometabólico tão singular ao longo de toda a sua vida histórica (MÉSZÁROS, 2002, p. 106).

Manter o controle e a gestão da massa produtora dos valores de troca, estar posto na perspectiva de viabilizar a produtividade permanente do sistema, desenvolver mecanismos de contratendência às quedas na taxa de lucro, eis algumas das “funções” essenciais do Estado no sistema do capital; que além do exposto detém o controle legal (monopólio da coerção institucionalizada), criando, portanto, possibilidades de potencializar a extração do sobretrabalho (um mecanismo chave na ‘bomba de extração do trabalho excedente’).

O conjunto de reflexões a respeito do Estado na condição sociometabólica do capital, em sua lógica totalizadora, traz em relação ao território (do trabalho) do camponês do MST alguns pontos que são necessários considerar se o que se busca é compreender a processualidade que os constrói enquanto classe historicamente constituída. O trabalho camponês não é tipicamente capitalista, porém, a partir da articulação Estado – Capital – Trabalho, o mesmo está subsumido aos imperativos do valor de troca, e realiza, portanto, a mais-valia no geral. A compreensão precisa partir da perspectiva da totalidade como alerta Marx:

[...] constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência e à grandeza da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio, que no fim a diferença entre o capitalista e o rentista fundiário desaparece, *assim como entre o agricultor e o trabalhador em manufatura*, e que, no final das contas, toda sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos *proprietários* e dos *trabalhadores* sem propriedade (2004, p. 79).

A condição de trabalhador sem propriedade é a viabilidade do estar subsumido à lógica do capital, “[...] cada nova classe instaura sua dominação somente sobre uma base mais ampla do que a da classe que dominava até então [...]” (MARX, 2007, p. 49), portanto, à burguesia interessa ampliar incessantemente o capital, e, por mais que esteja à sombra da incontrollabilidade (MÉSZÁROS, 2002), reproduzir tal condição é se reproduzir enquanto classe dominante.

Na iminência da incontrollabilidade emerge o substrato histórico para a efetivação justificada da apologia ‘não há alternativa’, que encontra sustentação teórica na economia política clássica e neoclássica. Naturaliza-se o que é histórico na tentativa de *justificar eternizando* as mazelas da reprodução do capital sob as bases de uma exclusão da qual não há possibilidade de haver nenhum tipo de resposta. A condição de mais-valia latente, as mudanças na composição orgânica do capital (trabalho morto crescente), a extração de trabalho excedente, um labirinto aparentemente sem saída ou a “[...] aniquilação da história [como] o único curso da ação plausível, inseparável da cegueira do capital ao futuro dolorosamente tangível que deve ser enfrentado” (MÉSZÁROS, 2007, p. 26). Como o capital se relaciona com a história em nosso tempo? Segundo Mézáros (2007) “[...] a única maneira de o capital se relacionar com a história em nosso tempo é *abusar* violentamente dela.” (p. 27), tornar o tempo e as temporalidades sujeitas ao valor de troca na medida em que o cotidiano dos trabalhadores representam mais-valia absoluta e relativa. Entenda-se a partir de então por que as forças produtivas no sistema do capital e a certa altura de sua ascendência histórica são forças destrutivas.

A história das sociedades de classe sempre se caracterizou pela extração forçada de trabalho excedente, fosse sua modalidade *política* ou *econômica* ou, na verdade, uma combinação de ambas. A extração lucrativa de trabalho excedente como mais-valia, característica da ordem social do capital, não alterou a substância da antiqüíssima relação exploratória, mas apenas a sua modalidade: por tornar estruturalmente dominante a expropriação econômica forçada de trabalho excedente, reduzindo os seres humanos – a serviço da mais-valia que se acumula cada vez mais – ‘à carcaça do tempo’. (MÉSZÁROS, 2007, p. 44 – 45).

Enquanto produção de riqueza abstrata (no sentido de que tal riqueza se constitui a partir de relações de estranhamento e negação), o sistema do capital vai se constituindo a partir da extração do trabalho excedente socialmente constituído, significando que a “[...] efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome.” (MARX, 2004, p. 80).

Nesta sintonia o campo tem sido um ‘objeto’ constante de interesse do sistema do capital. No Brasil a luta que vem sendo desenvolvida contra o capital e sua aliança com o latifúndio alcançou algumas conquistas constitucionais na década de 1980. Em 1988 a Constituinte passou a reconhecer a terra como bem social, em contraposição ao velho conceito da Terra Mercadoria da lei de Terras de 1850.

Segundo inciso XXIII do Art. 5º da Constituição de 1988 “a propriedade atenderá sua função social”, definido no art. 186:

“A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus estabelecidos em lei, os seguintes critérios:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos materiais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.”

Nos últimos anos estamos presenciando um forte acordo do tripé capital-trabalho e Estado. Este acordo é percebido desde o Governo Fernando Henrique Cardoso e, em prosseguimento, no atual Governo Lula da Silva que endossa o discurso neoliberal de uma política agrária denominada de “novo mundo rural”. Esta política é baseada na estruturação da aliança do grande capital agro-industrial e da propriedade fundiária sob forte subsídio fiscal, financeiro e patrimonial do Estado, que garante tal aliança em nome do livre mercado, articulado em nível mundial pelos mercados de “commodities”. Neste sentido, as políticas públicas do Estado Brasileiro desconsideram a Constituição Brasileira a terra deixa de exercer uma função social, e passa a exercer a função de mercadoria.

A política econômica do agronegócio tem demonstrado a quem de fato favorece, na medida em que tem produzido uma sociedade agrária fortemente desigual e tem comprometido o meio ambiente. No Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo em balanço conjuntural de 2005², dirigentes do MST alertavam para a necessidade do olhar sob campo, contra o neoliberalismo e o agronegócio. Segundo estes:

No meio rural estamos assistindo a disputa entre dois projetos para organização da produção. De um lado, o agronegócio, priorizando as exportações, tecnificando as fazendas, desempregando e aumentando seus lucros. De outro lado, a agricultura familiar e camponesa que é responsável pela produção dos alimentos, do abastecimento do mercado interno e pelo emprego de mais de 85% da mão-de-obra do campo.

O que realmente estamos assistindo é a redução cada vez maior da produção de alimentos. O Estado capitalista diante da crise do petróleo tem fomentado políticas públicas de desenvolvimento com o objetivo da produção de novas fontes de energias denominadas sustentáveis: a energia solar, a energia do vento, do mar, dos rios e o hidrogênio. Na produção para o agrocombustível têm-se privilegiado o etanol. Por sua vez, a soja, a cana de açúcar e a mamona têm sido os cultivos de maiores preferências no Brasil, visando a produção do biodiesel. O modelo de desenvolvimento voltado para o agrocombustível atende ao projeto

do Banco Mundial de transferir a agricultura da produção camponesa para o modelo produtivista capitalista, o que representa a desagregação das comunidades camponesas e, conseqüentemente, a perda da sua soberania alimentar.

O Governo Federal tem priorizado o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) justificando o potencial que ele possa representar na expansão e capacidade de geração de empregos em nome da inclusão social dos pequenos produtores familiares agrícolas. A agricultura familiar vêm participando deste Programa a partir da produção de oleaginosas (regiões Sul e Centro Oeste) como, por exemplo, a produção de soja e a produção de mamona (na região Nordeste), esta em menor quantidade. A produção brasileira se concentra basicamente no estado da Bahia. Este estado que assegura mais de 90% do volume total de produção. Embora o discurso do governo afirme que a mamona possa ser utilizada como uma alternativa rentável de lucros ao produtor rural, o que se pode constatar é que as oleaginosas são culturas extensivas que geram pouco emprego e renda. Só há algum lucro se estas culturas forem produzidas em grandes proporções, ou seja, acima de cinquenta, cem ou mais hectares o que caracteriza uma produção de monocultura.

Segundo a própria Comissão Pastoral da Terra³, embora a mamona possua um teor elevado de óleo quase três vezes o extraído da soja, há varias questões que a colocam em desvantagem, dentre estas pode-se destacar: a) o custo de produção é alto considerando a necessidade de uso intensivo de mão de obra na colheita; b) a mão de obra é escassa, mesmo em estabelecimentos familiares; c) o óleo de mamona não é comestível, é mais caro que o de soja e têm limitações para produzir biodiesel dadas as suas características de elevada densidade e viscosidade, embora estas características sejam importantes na indústria química, por seu alto poder lubrificante; d) a cultura da mamona promove a erosão, estando sujeita à competição com plantas daninhas, por não propiciar adequada cobertura do solo; e) a torta resultante da extração do óleo de mamona é tóxica, não sendo aproveitada para alimentação animal, assim como não pode ser aproveitada a sua parte aérea para o mesmo fim; f) seu ciclo produtivo é relativamente longo, resultando em retorno tardio do investimento; e g) a produtividade na sua principal região produtora (NE) é baixa (300 a 500 kg/ha). Entretanto, é preciso observar que, conforme a política econômica agrária do PNPB, só é possível receber crédito para a produção de mamona com a finalidade de extração do biodiesel, se sua capacidade de produção for pelo menos de 750 quilos por hectare.

A Universidade Brasileira vem desenvolvendo pesquisas para a aplicação do PNPB no Brasil para a extração do biodiesel através da produção da mamona em comunidade de produção da agricultura familiar. A partir de contato com os camponeses do assentamento Amaralina, obteve-se informações acerca da realização de projetos desenvolvidos pela Universidade Estadual do Sudoeste da

Bahia para a produção de mamona na área referente ao assentamento em estudo.

A subsunção do trabalho ao capital, pelo que se pôde inicialmente constatar, têm levado a situação de precarização do trabalho na própria área e durante toda história de sua formação. Foi relatado que uma parcela dos assentados cadastrados pelo INCRA do assentamento em estudo vendeu os seus lotes e se encontram em situação irregular tendo em vista a determinação de que o assentado só pode negociar o lote depois de um período de dez anos. Conforme informações iniciais, os assentados que venderam as terras retornaram para a área urbana do município de Vitória da Conquista e residem em bairros periféricos, formando o exército de reserva latente e estagnado. A ausência de emprego face ao desemprego estrutural coloca os ex assentados em precárias condições de vida, com extrema dificuldade financeira, e, quando “inclusos” no sistema, são absorvidos em trabalhos precarizados.

O que tem provocado a venda dos lotes? Este questionamento busca a compreensão do processo. O assentamento Amaralina está localizado no município de Vitória da Conquista – BA, próximo à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, tendo acesso pela estrada que liga este município ao município de Itambé. Segundo Souza (2003) aproximadamente 129 famílias estão assentadas na área (cada lote possui 20 ha), porém, constata-se certa subdivisão com filhos e parentes morando nos lotes o que aumentou de forma considerável o número de famílias assentadas. Não é possível quantificar este aumento, mas o significado deste processo expressa a busca por uma terra que representa trabalho e vida para o camponês.

No ano de 1985 a fazenda Santa Marta do NE S.A (onde se localiza o assentamento – com área de 2.700 hectares) foi ocupada com orientação espontânea e posteriormente desapropriada sendo transformada em projeto de assentamento em 1987. A organização do assentamento conta com a presença de compradores de lote, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG). Em pesquisa de campo foi possível observar que o MST possui a maioria dos assentamentos. Além dos cultivos de feijão, milho, mandioca e café, foi possível levantar junto aos assentados a existência da criação em pequena escala de galinha e gado. A comercialização dos produtos é feita no Centro de Abastecimento da cidade. A opção pelo plantio de mamona pode significar a redução considerável dos cultivos alimentares e da criação.

Grande parte dos trabalhadores hoje não conhece o significado de *sobreviver* (a cada passo que o trabalhador é excluído estruturalmente aproxima-se da derrocada do mais poderoso sistema extrator de trabalho excedente – o sistema do capital), pois está abaixo de qualquer possibilidade, o que implica que a miséria estrutural se alimenta da crise estrutural do sistema do capital.

Buscar a compreensão da lógica multifacetada do modo de reprodução sociometabólico do capital, em sua marcha de totalização e subsunção do trabalho tipicamente capitalista (e fundamentalmente de outras modalidades de trabalho – como o camponês), tendo a mediação do Estado e a divisão social e territorial do trabalho como base possível, observando o vaivém escalar do capital (a dialética lugar – mundo), na sua territorialização é o concreto (como síntese dessas múltiplas determinações) que se propõe apreender o presente trabalho. Nesta trajetória cabe ao pesquisador desvendar o véu que encobre a subsunção que o capital opera em relação à autonomia e ao trabalho camponês mediado pelo tripé Estado – Capital – Trabalho.

O Estado na condição sociometabólica do capital: a reprodução do sistema do capital e a subsunção do trabalho (camponês)

A reflexão inicial a respeito do Estado no sistema do capital coloca a questão da articulação entre a acumulação do capital e todo um conjunto de possibilidades para que os imperativos da viabilidade produtiva desse sistema se realizem. O Estado (capitalista) que nasce ‘negando’ o absolutismo está posto na perspectiva de tornar absoluta a exploração do trabalhador para que se realize o valor. O monopólio da coerção, a burocracia, as forças policiais e o exército permanente são algumas das formas de expressão do Estado que se utiliza desses instrumentos para dirimir ou escamotear as contradições sempre presentes nas sociedades de classes (como a capitalista). A sociedade baseada no modo de produção do capital aprofundou intensamente a exploração e a miserabilidade do trabalhador, portanto, as contradições da produção social apropriada individualmente requerem que seja evitado qualquer tipo de ameaça à propriedade privada e aos lucros do capital, o Estado é uma força no sentido da manutenção do status quo. A generalidade é que o Estado é sempre um instrumento de classe, logo a sua existência só tem sentido enquanto for necessária a exploração (e a supremacia/hegemonia de uma classe dominante) no contexto da luta de classes.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; nem a ‘realização da idéia moral’ ou a ‘imagem e a realidade da razão’, como queria Hegel. O Estado é, antes, um produto da sociedade, quando esta atinge um determinado grau de desenvolvimento; é a revelação de que essa sociedade enredou-se numa irremediável contradição consigo mesma e que está dividida por antagonismos irreconciliáveis, que não consegue superar. Mas, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não afundem a sociedade numa luta fatal, torna-se necessário um poder colocado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o conflito e a mantê-lo nos limites da ‘ordem’.

Este poder, oriundo da sociedade, mas posto sobre ela e dela distanciando-se progressivamente, é o Estado. (ENGELS, 1981, p. 195).

O processo de complexificação da divisão social/territorial do trabalho faz emergir o Estado. Quando a propriedade/produção social começa a ser controlada de forma individualizada, toma corpo a existência do mesmo. Além do antagonismo entre as classes (dominantes x dominadas), existe a mediação dos interesses das frações da classe dominante no que tange à distribuição/divisão da mais-valia. O sistema sociometabólico do capital não se totaliza em função das necessidades sociais, vive-se o reino da produção que domina o homem (como apontara Löwy), arquitetado pelo trabalho abstrato que realiza o valor de troca, a partir deste processo dão-se as possibilidades de expansão do sistema. Abstrair o trabalho concreto é o imperativo para que o dispêndio de força de trabalho seja o cerne da expansão do sistema do capital, portanto, tal sistema “[...] não tem limites para a sua expansão (ao contrário dos modos de organização societal anteriores, que buscavam em alguma medida o atendimento das necessidades sociais), o sistema de sociometabolismo do capital constitui-se como um sistema incontrollável” (ANTUNES, 2002, p. 16).

Nesse sentido, o Estado se põe como estrutura de comando política totalizadora do sistema do capital (Mészáros, 2002) para mediar as contradições entre classes distintas (ou frações de classe), bem como colocar-se na perspectiva de viabilizar a produtividade destrutiva do sistema do capital.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu no interior do conflito entre elas, tornando-se geralmente um Estado em que predomina a classe mais poderosa, a classe economicamente dominante, a classe que, por seu intermédio, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e a exploração da classe oprimida. Assim, [...] o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 1981, p. 197).

O caráter central do Estado capitalista é reafirmar a viabilidade produtiva da lógica do valor de troca, todavia existe, sem dúvida, uma ampliação da escala de ação do mesmo, portanto “[...] há pouquíssimos aspectos da produção e do consumo que não estão profundamente afetados, direta ou indiretamente por políticas de Estado” (HARVEY, 2005, p. 79). A estrutura de comando política totalizadora (o Estado sob o sistema do capital), como representante da classe dominante, necessita colocar-se enquanto um “poder alienígena” (acima da sociedade, segundo Engels), uma espécie de porta-voz do interesse comum, para mascarar a sua condição descrita por Marx, de comitê para gerir os negócios comuns da burguesia. Na ótica de Harvey (2005), da mesma forma que “[...] o trabalhador, mediante o trabalho, cria capital como instrumento para a sua própria dominação, os seres humanos criam, na forma do Estado, um instrumento

para sua própria dominação” (p, 80). A lei, a tributação, a coação, a coerção consentida (construída no âmbito ideológico), a partir do cotidiano da luta política, apresentam-se como instrumentos de dominação de classe.

No bojo da discussão relativa ao Estado, acima da sociedade é fundamental a contribuição de Poulantzas (1984), para quem o Estado capitalista possui estruturas objetivas específicas que significam uma autonomia em relação à base econômica. A universalidade assumida por um conjunto particular de valores expressa a autonomia da estrutura do Estado capitalista⁴, mas tais determinações são específicas deste modo de produção. Acredita-se que o significado seja de uma autonomia relativa (ou específica segundo o próprio Poulantzas). Na medida que o sistema do capital aprofunda as mazelas e as conseqüências da acumulação de capital (pauperização extrema do trabalhador) o Estado “parecerá” distante da base infra-estrutural. A especificidade do Estado capitalista se estrutura, segundo Poulantzas (1984), sob os processos fundamentais de igualização e abstração. O primeiro consiste na necessária construção e manutenção histórica do trabalhador livre, fundamental para a reprodução do sistema do capital. O capitalismo ao desenraizar as pessoas pretende transformá-las em uma única coisa, que é, a condição de vendedores de sua própria força de trabalho (MARTINS, 2002). O segundo corresponde à cisão entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, com a predominância do último no âmbito da sociabilidade capitalista, sendo que a autonomização dos indivíduos corresponde a esta ruptura, portanto, aos processos de alienação e reificação que se colocam na agenda do Estado.

Na condição sociometabólica do capital, o Estado é fundamental como arquiteto da construção/divulgação da ideologia capitalista e germinador da semente do capital (mecanismos de extrair sobretrabalho). Ele perpetua a produção da mais-valia oferecendo condicionantes infra-estruturais (financiamentos e obras diversas – apropriadas privadamente) e na dimensão jurídico-política e ideológica (o controle do poder político é imprescindível para qualquer empreitada relativa à reprodução das relações de produção).

Uma outra questão imprescindível à análise, posta por Poulantzas (1984) é o ‘efeito de isolamento’, essencial, segundo ele, para ocultar “[...] aos agentes da produção, na sua luta econômica, as suas relações de classe” (p. 50). Os agentes supracitados não aparecem como indivíduos no complexo da infra-estrutura, mas só aparecem desta forma no nível superestrutural através das mediações jurídicas do contrato (controle) de trabalho (indivíduo como sinônimo de trabalhador) e dos títulos de posse (o indivíduo dono dos meios de produção). Os seres humanos vêem-se despojados de suas determinações econômicas (do cotidiano das relações de produção, no ‘fazer-se classe’) e, portanto, do seu pertencimento de classe (ou você é pessoa física ou jurídica). É interessante observar, nessa senda, que:

[...] este Estado se apresenta constantemente como a unidade propriamente política de uma luta econômica que manifesta,

em sua natureza, este isolamento. Ele aparece como representativo do 'interesse geral' de interesses econômicos concorrenciais e divergentes que ocultam aos agentes, tal como estes vivem, seu caráter de classe. Por via de consequência direta e através de todo um funcionamento complexo do ideológico, o Estado capitalista oculta, sistematicamente, no nível de suas instituições políticas, seu caráter político de classe: trata-se, no sentido mais autêntico, de um Estado popular-nacional-de-classe. Este Estado se apresenta como encarnação da vontade popular do povo-nação. O povo-nação é institucionalmente fixado como conjunto de 'cidadãos', 'indivíduos' cuja unidade o Estado representa, e tem, precisamente, como substrato real este efeito de isolamento que as relações sociais econômicas no MPC [modo de produção capitalista] manifestam" (POULANTZAS, p. 52).

O Estado produz uma cisão a partir da dimensão jurídico-política entre os sujeitos históricos do sistema do capital e estes se metamorfoseiam em indivíduos atomizados, experimentando uma existência parcelar. Todavia, como alertara Debord (1997), a separação é o alfa e o ômega da sociedade do espetáculo (produtora de mercadorias).

Esse processo torna-se agudo, tendo em vista que uma das grandes responsabilidades do Estado refere-se ao acionamento das contratendências à queda da taxa média de lucro (tendencial). As intervenções estatais de caráter econômico articulam-se em torno desse ponto chave na perpetuação do sistema do capital.

Para chegar ao cerne da questão: sabe-se que o papel do Estado na desvalorização de certas frações do capital constante foi destacado por certos pesquisadores [...]. O essencial das intervenções atuais do Estado (capital de Estado, capital público e nacionalizado) tenderia a fazer funcionar uma parte do capital a taxas inferiores ao lucro médio para fazer frente à queda tendencial. A respeito disso [...] penso que, sob certos aspectos, freqüentemente se faz uma injusta crítica a essas análises, argumentando-se que, mesmo na hipótese de o funcionamento do capital público ser tal como elas o descrevem [...] isso só se referiria à repartição e às transferências de mais-valia. Certamente; o que não impede, porém, que se trate de uma contratendência bem real, e essencial [...] à queda tendencial. [...] [É preciso] ter claro que, precisamente na medida em que essa publicização-desvalorização do capital diz respeito, no essencial à redistribuição da mais-valia total, a contratendência principal e dominante à queda reside no papel do Estado, que consiste em elevar a taxa da mais-valia e da exploração, o que remete ao cerne da luta de classes, e, assim, recobre diretamente o

papel do estado relativo às transformações das relações de produção e da divisão social do trabalho (deslocamento da dominante para a exploração intensiva do trabalho e da mais-valia relativa, inovações tecnológicas e reestruturações industriais, processo de qualificação-desqualificação da força de trabalho, extensão do espaço mesmo de reprodução da força de trabalho etc.)” (POULANTZAS, 1984, p. 66).

A partir do exposto pode-se perceber que a noção propagandeada pelo ideário neoliberal de Estado mínimo não faz tanto sentido, se para efetivar a dominação e subsunção real do trabalhador o sistema do capital necessita de uma estrutura de comando política totalizadora. A análise de Kosminsky e Andrade (1996), a respeito da concepção Lefebvriana de Estado, é mais perceptiva e coerente em relação aos processos de reprodução social contemporâneos do que a falácia neoliberal.

[...] O capitalismo sobreviveu transformando-se, e com ele o Estado hipertrofiado e mundializado. Estado hipertrofiado tanto sob o socialismo de Estado como sob o capitalismo de Estado. [...] O capitalismo desenvolveu, ampliou-se, estendeu-se, modificando sua articulação com o político, implicando um fortalecimento surpreendente do Estado. [...] Este fortalecimento generalizado do Estado não elimina a possibilidade de sua superação, já que para Lefebvre não existe Estado sem contra-Estado, não existe poder sem contrapoder que o ameace realmente. Os contrapoderes são todas as forças que ameaçam o Estado de dentro, ‘a saber, as regiões, as periferias (às vezes próximas dos centros), as diferenças que vão se produzindo, junto com a luta de classes” (1996, p. 52 – 53).

A especificidade das relações que envolvem o conjunto dos elementos de que o capital apreende para se reproduzir, aprisiona a lógica da vida e a subsume aos imperativos da troca, do mercado. O trabalho (elemento central do processo produtivo em sua dimensão material e imaterial), o espaço, o urbano, o rural são territórios constituídos para o fluxo da divisão social do trabalho comandada pelo capital. A lógica do Estado, na dialética da igualização e abstração, se põe enquanto o ‘conjunto institucional’ para absorver o cotidiano do trabalhador como possibilidade do trabalho assalariado ou do estar subjugado ao âmbito da troca (relação do trabalho camponês com o capital comercial). Damiani amplia a concepção colocando:

Se pudéssemos ir da lógica à dialética, o caminho envolveria fazer um percurso que vai da forma quase pura, aquela que adere a poucos conteúdos e os afirma, aos múltiplos conteúdos da vida social. A lógica do Estado completa a lógica da mercadoria, igualizando as desigualdades. Tenta fazer tábua rasa da história humana, impondo estruturas espaciais homogeneizantes, fragmentadoras e hierarquizantes. A lógica

da tecnocracia, do Estado, tenta reduzir e filtrar os conteúdos históricos, enfraquecendo-os. Ela completa a lógica do mercado, e a partir da redução que cria, torna possível o império [...] do mercado. A separação entre o político e o social, que moveu a literatura clássica marxista, definida como alienação política, foi definitiva para o processo reprodutivo, mesmo que, hoje, ele, o político, apareça subsumido na forma do 'neoliberalismo'. Há dominação pela lógica. É o espaço formal que impera. O cotidiano e o vivido lhe escapam. Ou melhor programa-se o cotidiano. [...] Toda a racionalidade econômica e política pesa sobre o cotidiano, enquanto vivido. (DAMIANI, 1999, p. 51 – 52).

Privatização do tempo de trabalho para além do 'chão da fábrica', privatização da vida, tais processos não se realizariam caso a lógica do Estado não fosse complementar à lógica da mercadoria como alerta Damiani (1999). "Trata-se, aqui, da contradição interna do próprio sistema moderno de produção de mercadorias, que se reproduz em níveis cada vez mais elevados: quanto mais total for o mercado, tanto mais total será o Estado [...]" (KURZ, 1998, p. 102). Uma simulação, um simulacro que esconde a condição de 'ornitorrinco' (Oliveira, 2003) do sistema do capital em sua marcha de totalização histórica (Chauí, 2007).

Entre as inúmeras faces do Estado, Lefebvre revelara o seu papel como produtor e reproduzidor das relações sociais, passando-se da produção de relações sociais, a partir das forças produtivas, para a produção política de relações sociais pela ação do Estado (Kosminsky & Andrade, 1996). As modificações estruturais, as reestruturações produtivas pelas quais passam os sistema do capital, são processos que não podem ser compreendidos sem levar em conta a ação estatal, "[...] as relações de produção se desenvolveram em relações de dominação sob a ação do Estado" (KOSMINSKY & ANDRADE, 1996, p. 56).

As sutilezas da homogeneização de gostos, culturas, costumes, necessidades (supérfluas), das pessoas, da troca a "[...] equalização forçada do desigual, [a] identificação forçada do não-idêntico, [a] equivalência forçada do não-equivalente [...]" (KOSMINSKY & ANDRADE, 1996, p. 57), constituem uma cadeia de equivalências que permanecem unidas no Estado. A pasteurização, o estranhamento, a afirmação dos processos de alienação, uma pauta de movimentos que se contrapõem as possibilidades de construção da autonomia (da vida além do valor de troca).

Gerindo todos os aspectos da sociedade, o Estado reconduz as relações sociais. Assim, a recondução do Estado fica também assegurada. Mantendo sob sua gestão a sociedade civil, esmagada entre o político e o econômico, o Estado penetra até na vida cotidiana, por diversos meios (impostos, código civil, mídia etc.). Finalmente, e sobretudo, ação decisiva e suprema, o Estado identifica, homogeneiza, equaliza, destrói particularidades e diferenças, reúne as cadeias de

equivalência em uma entidade política que se produz e se reproduz como tal. [...] A equalização forçada do desigual, a equivalência forçada do não-equivalente, a identificação forçada do não-idêntico, a homogeneização por coerção do diverso e das particularidades, tais são as funções maiores, iniciais e finais do Estado (KOSMINSKY & ANDRADE, 1996, p. 59 – 60).

A ampliação da produção capitalista depende de ações de grande magnitude de um dos elementos do seu núcleo constitutivo (Estado). A difusão universal da alienação e da reificação, tendo em vista que a forma valor de troca se põe universalmente, é possibilitada pela estrutura de comando política estatal, que opera nos níveis do micro e do macrocosmo para exercer “[...] um controle abrangente sobre as forças insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 107). A administração dos antagonismos estruturais do capital mediados pelo Estado são essenciais para o controle tirânico dos processos de trabalho (o tempo despótico do capital sob o cotidiano). “Isto se deve à capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção [...] e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente controlados pelo capital) do processo de reprodução econômica” (MÉSZÁROS, 2002, p. 107). Essa especificidade da ação estatal o transforma num guardião da propriedade privada dos meios de produção, portanto, é um viabilizador da estrutura global sob a qual se assenta o sistema do capital: a extração do trabalho excedente. Sem a possibilidade de estruturar-se para manter tal lógica de funcionamento, até os ‘microcosmos’ do sistema se romperiam pelos constantes conflitos (e desacordos). Nesse sentido para o vaivém escalar do capital, o Estado se coloca de forma vital.

Os processos gerais de igualização e abstração como formas de manifestação da sociabilidade capitalista, expressam-se espacialmente por meio da dialética da diferenciação e da igualização geográficas sendo responsáveis pelo padrão de desenvolvimento desigual. A tendência para o equilíbrio espacial (na busca do capital por melhores localizações – compondo o sentido da igualização) é frustrado por forças poderosas que se movem no âmbito do capital (concorrência, capital morto agregado ao solo em diferentes estágios do desenvolvimento das forças produtivas), que tendem para um contínuo desequilíbrio geográfico (Smith, 1988).

A produção do espaço (das formas espaciais) age no sentido de conter, ou pelo menos dirimir, as crises do capital. O espaço enquanto mundialidade é a realização momentânea das soluções (efêmeras) de subconsumo e superacumulação. O vaivém entre espaços de uso e de troca aponta a vitalidade do território (enquanto espaço que se realiza na forma da propriedade privada) para a dinâmica da reprodução ampliada do capital. O modo de produção capitalista sobrevive eminentemente a partir da expansão geográfica, a produção para ser convertida em mais-valia precisa ‘completar e acelerar’ o circuito P – D – C – C. A partir do momento em que se caminha da subordinação formal à sujeição

real todos os aspectos da vida material estão mercantilizados, guardadas as proporções particulares.

Convém retomar a indagação de Harvey (apud Smith, 1988, p. 193): “Há um fixo espacial para as contradições internas do capitalismo?” O espaço como momento ativo da circulação e acumulação de capitais (Smith, 1988, p. 193) põe em relevo esta questão não como fixo, mas como movimento, a mobilidade espacial do capital é uma dimensão da crise e da condição contínua da crise. Deste modo, não como fixo, mas como movimento, a possibilidade de conter as contradições se coloca. Não se pode, no entanto, dizer que este movimento conterá as contradições, talvez ele amenize o problema. Parafraseando Lefebvre quando coloca que o Estado gera um contra-Estado, o poder gera um contra-poder, no espaço está a semente do contra-espaço que se realiza e se nega na dialética entre os espaços de uso e de troca.

Retomando até certo ponto a discussão do Estado, o vaivém escalar do capital mediado pela ação do mesmo mostra a dimensão da capacidade que o aparato estatal tem de homogeneizar (e talvez aqui seja um ponto fundamental do sentido histórico do Estado capitalista): “[...] Obtendo até certo ponto a equalização do mais desigual: as classes sociais” (LEFEBVRE apud KOSMINSKY & ANDRADE, 1996, p. 67). A realidade das classes sociais naquilo que Lefebvre denomina de modo de produção estatista tende a se tornar menos legível (pois este mesmo modo tende a dissolver a sociedade em camadas, estratos e grupos) (KOSMINSKY & ANDRADE, 1996, p. 66). Lefebvre colocava que nesse sentido a classe operária, ampliada aqui no dizer de Antunes (1999) a classe-que-vive-do-trabalho “[...] tende a perder a sua existência de classe. Dissolve-se, desagrega-se em sedimentos, estratos e grupos (empresas)” (apud KOSMINSKY & ANDRADE, 1996, p. 67).

A luta de classes se lança a um outro patamar, de uma luta para se constituir enquanto classe (uma negação da desagregação), uma luta pela existência. A peculiaridade deste momento da luta de classes requer clareza de algo que Marx (2007, p. 41 – 42) chamava a atenção: em um determinado estágio no desenvolvimento das forças produtivas nos marcos das relações existentes estas passam a causar malefícios e não mais são forças produtivas, passam à condição de força destrutiva. Quando se vivencia um estágio de barbárie, em que tais forças destrutivas são condição de existência para a reprodução sociometabólica do capital, as colocações de Harvey vão de encontro às falácias “made in Hayek e Friedman” sobre um Estado mínimo:

Não obstante, a condição preferida para a atividade capitalista é um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (incluindo as do contrato de trabalho) sejam legalmente garantidas e em que se criem estruturas de regulação para conter conflitos de classes e arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital (por exemplo,

entre interesses mercantis, financeiros, manufactureiros, agrários e rentistas) (HARVEY, 2004, p. 80).

Nesta trajetória, o que se questiona é se o Estado, na condição sociometabólica do capital, pode estar relacionado à subsunção do trabalho camponês. Uma expressão cunhada por Silva (2004), referindo-se ao estado brasileiro, dá uma dimensão das possibilidades postas nessa articulação: Estado Capitalista Latifundista Multinacional (do capital agrário ao financeiro e a acumulação de capital no Brasil remonta a um híbrido que levou Francisco de Oliveira a criar para o país a imagem do “ornitorrinco”). Do latifúndio à hipermodernidade representada pelas multinacionais, ressalte-se que o atraso é alimento do moderno. Aprofundando a noção para o estado brasileiro, e para a realidade brasileira, convém ressaltar:

[...] será o latifúndio no Brasil somente um tipo de propriedade ou ele não constitui as entranhas de todo o poder político brasileiro? Assim sendo, não estaríamos falando de um Estado Capitalista Latifundista? Não seria essa a peculiaridade do Estado Brasileiro? E não seria por aí que compreenderíamos o chamado capitalismo lento do país, com um desenvolvimento amarrado, ligado ao pouco crescimento das forças produtivas brasileiras? Não estará o latifundismo, como instituição maior, associado à ‘vontade de potência’ internacional, que faz valer os seus desígnios em todo o mundo submetido, no qual o Brasil encontra-se, e é responsável pelo atraso econômico no campo, na cidade, determinando a complexidade da miséria em que vive um forte percentual da população do país? (SILVA, 2004, p. 81).

O que pensar, por exemplo, sobre a reestruturação do capital (e do mundo do trabalho) nesse contexto? Sabe-se que na condição contemporânea a classe-que-vive-do-trabalho passa por um processo de “[...] precarização estrutural do trabalho [...]” (ANTUNES, 2007, p. 17), que podem ser representadas pela “[...] intensificação das formas de extração do trabalho, ampliam-se as terceirizações, a noção de tempo e de espaço também são metamorfoseadas e tudo isso muda muito o modo do capital produzir mercadorias [...]” (ANTUNES, 2007, p. 17).

Para o campesinato, a condição de precarização além de estrutural é permanente (o trabalho escravo, a morte por exaustão nos canaviais paulistas etc.), desde a afirmação histórica do sistema do capital que coloca o desenraizamento (como alerta Martins, 2002) do camponês como subterfúgio para a proletarização parcial ou total deste, o inserindo no reino do trabalho abstrato. A reprodução do sistema do capital “[...] dá-se muito mais pelo avanço da extração do trabalho vivo nos chamados setores atrasados ou arcaicos do que na contra partida ‘pós-moderna’ da informática, da robotização etc.” (SILVA, 2004, p. 88). Esse fenômeno põe em cheque a validade dos argumentos que colocam uma crise da sociedade do trabalho, a (des) centralidade do trabalho na apreensão ontológica do mundo capitalista.

Autores como Gorz, Offe e Habermas, (e até certo ponto Kurz) compartilham da concepção que situa a perda da centralidade do trabalho de uma maneira intensa no bojo do sistema do capital, e com ela a falência do pleno emprego e do Estado do Bem Estar Social. O que não está em pauta é que pleno emprego nunca se dará numa sociabilidade contraditória como a capitalista, que ‘dispensa’ o oxigênio da acumulação (trabalho vivo) na evolução mesma do sistema (as mudanças na composição orgânica do capital), e constrói a sombra da incontrolabilidade (a crise estrutural permanente) que alimenta o trabalho morto e é por ele alimentado.

O que realmente se coloca é um avanço do trabalho morto sobre o trabalho vivo⁵, ressaltando que “a criação de valores de troca seria o resultado dessa articulação entre os trabalhos vivo e morto” (ANTUNES, 2003, p. 84). Como expressão desse movimento teremos conseqüentemente a intensificação da inteira subordinação da dimensão concreta do trabalho à sua dimensão abstrata. É importante destacar as diferenças entre estas dimensões do trabalho:

De um lado, têm-se o caráter útil do trabalho, relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias. É o momento em que se efetiva o trabalho concreto, o trabalho em sua dimensão qualitativa. Deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta, resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. Aqui aflora sua dimensão abstrata, onde ‘desvanecem-se... as diferentes formas de trabalho concreto’ e onde ‘elas não mais se distinguem uma das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato’ (ANTUNES, 2003, p. 84).

Diante disto, toda a massificação ideológica que se impõe sobre o fim do trabalho revela sua limitação e o caráter da crise no mundo do trabalho, que seria reestruturação deste de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas atuais para aumentar a sua capacidade na produção de valores de troca. Portanto, quando se fala da crise na sociedade do trabalho é necessário dimensioná-la enquanto uma crise da sociedade do trabalho abstrato⁶:

Nesta vertente, entretanto, é possível constatar duas maneiras bastante distintas de compreensão da chamada crise da sociedade do trabalho abstrato: aquela que acha que o ser que trabalha não desempenha mais o papel estruturante na criação de valores de troca, na criação de mercadorias, (...), e aquela que critica a sociedade do trabalho abstrato pelo fato de que este assume a forma de trabalho estranhado, fetichizado e, portanto, desrealizador e desfetivador da atividade humana autônoma. (ANTUNES, 2003, p. 85-86).

Desconsiderar que o ser que trabalha não mais desempenha papel central na criação de valores de troca é desconsiderar a condição essencial e mantenedora do sistema do capital durante toda sua história, ou seja, é assumida a produção social (constituída pela contradição capital x trabalho) sendo apropriada de forma individual. Porém, considera-se que, mesmo de forma precária, desqualificada, subcontratada e terceirizada, em alguns setores enquanto que em outros, de forma intelectualizada e qualificada, o trabalho é o pilar de sustentação do sistema do capital (a partir mesmo desta contradição entre “qualificados” e “desqualificados”), e este quadro abarca toda a estrutura explorativa contemporânea. A finalidade essencial dessa estrutura é expandir constantemente o valor de troca. Para isso subjuga intensamente o trabalho ao capital e dialeticamente reafirma a sua centralidade.

A crise no mundo do trabalho reflete as contradições entre o embate do capital x trabalho, e é indicativo da crise permanente e estrutural que a acumulação do capital mantém como forma de se reproduzir. Nesse sentido, é interessante entender que:

O sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital. Não sendo consequência de nenhuma determinação ontológica inalterável, esse sistema de metabolismo social é, segundo Mészáros, o resultado de um processo historicamente construído, onde prevalece a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital (ANTUNES, 1999, p. 19).

Na tentativa de encontrar caminhos: as indagações

A partir do conjunto da reestruturação produtiva do capital e das mudanças no mundo do trabalho, mediados pela ação homogeneizante do Estado, como pensar a produção do camponês?

A produção do camponês também se converte em mercadoria, como já apontara Kautsky (1980). Entrando, o reino do trabalho abstrato se realiza, nesse caso, através da renda da terra, das relações monetárias que vão apreendendo o cotidiano do campesinato. A expulsão da terra está posta na razão direta da ampliação do capital no campo, seja em sua territorialização direta ou indireta (monopolização do território), desenvolvendo formas sutis de subsunção do trabalho camponês e a sua expropriação. Tais subsunções só se efetivam pela coerção direta, que só se viabiliza territorialmente com todas as contradições da sociabilidade capitalista, sendo a totalidade de tal processo referendado na seguinte passagem de Harvey:

Povos com maior diversidade de experiência histórica, que viviam em uma série de circunstâncias físicas incríveis, tem

sucumbido junto, [...] na maioria das vezes com o exercício cruel da força bruta, em uma unidade complexa no bojo da divisão [social – territorial] internacional do trabalho. As relações monetárias tem penetrado até o último rincão do mundo, em quase todos os aspectos da vida social e inclusive na vida privada. Esta subordinação das formas de atividade humana ao capital, exercida através do mercado, tem sido complementada cada vez mais por aquela subordinação real que requer que se converta o trabalho em mercadoria-força de trabalho por meio de acumulação primitiva [momento chave da contínua territorialização do capital [...]]. Esta transformação radical das relações sociais não tem avançado uniformemente [...] tem penetrado de forma relativamente pacífica em um lugar e com violência genocida em outro⁷ (1990, p. 376).

O território do capital nega a autonomia camponesa. Além do fetichismo da mercadoria, o fetichismo que o espaço mercadoria reifica aumenta as possibilidades de inserção do camponês na lógica da reprodução ampliada do capital. O caráter capitalista do fetichismo se inicia na transição da apropriação individual de objetos naturais para o sustento, ao controle alheio do trabalho. “Ao apropriar-se individualmente dos objetos naturais para prover sua vida, é ele quem controla a si mesmo; mais tarde ficará sob o controle de outrem” (Marx, 2002, p. 577) e não mais se reconhecerá enquanto produtor social da riqueza. Engendra-se o território produzido pelo trabalho humano (produtivo), tendo em vista que além da produção de mercadorias, o território é momento-chave da produção da mais-valia, como coloca Moraes & Costa:

O comando do processo de formação territorial [...] só vai manifestar-se em toda a sua plenitude com o domínio do modo de produção capitalista. Este, tendo como móvel a própria criação do valor (reprodução ampliada), apropria-se do território enquanto um momento do processo de acumulação do capital, por ter como unidade fundamental a mercadoria sujeita ao espaço apropriado às leis de mercado (1996, p. 123).

Evidencia-se que o desenvolvimento desigual do sistema do capital necessita subsumir o espaço aos imperativos do valor de troca (território). A produção do espaço e cada momento da produção da vida material se subordinam à troca, num momento/movimento de “[...] substituir por uma produção baseada no capital os modos de produção precedentes [...]” (Marx apud Gonçalves, 1996, p. 146), absorvendo à lógica do capital formas não tipicamente capitalistas de trabalho e produção para a órbita do valor de troca. As dimensões do processo de controle da produção (do trabalho e da produção do espaço) relacionam-se às mediações de segunda ordem da condição sócio-metabólica do capital, que a partir do tripé em que se sustenta tal sistema (Estado – Capital – Trabalho) obtém eficácia em se totalizar e totalizar suas formas de sociabilidade.

O controle do Estado é de suma importância para que os capitalistas perpetuem a condição de controle da sociedade produtora de mercadorias. Historicamente chegar ao “[...] Estado é apropriar-se não só do poder sobre o espaço, mas também do espaço já existente e produzi-lo e reproduzi-lo a sua maneira, isto é, como capital.” (Silva, 1991, p. 134).

Face às reflexões desenvolvidas emergem os seguintes questionamentos:

- a) Sendo o Estado um mediador essencial à realização do sistema do capital, e, portanto, à produção do espaço, é possível identificar interferências de suas ações e intervenções no processo de formação territorial dos movimentos sociais no campo, em especial o MST – assentamento Amaralina em Vitória da Conquista - BA?
- b) Quais os limites e possibilidades da efetivação da autonomia campones na medida que o Estado capitalista se encarrega em desenvolver formas sutis de subsunção do seu trabalho a partir de projetos e financiamentos diversos, inclusive aquelas fomentados pelo Banco Mundial?
- c) A partir do tripé Estado – Capital – Trabalho como se pode pensar, na lógica vigente, sobre a possibilidade de que a posse (propriedade apropriada individualmente) garanta a autonomia camponesa? Ou será necessário ao camponês do MST repensar tal condição/contradição?
- d) Com a reestruturação produtiva do capital e as metamorfoses do mundo do trabalho, em que contexto escalar do vaivém do capital está situado contemporaneamente o trabalho camponês e o assentamento ‘sujeito’ da análise?
- e) Qual a condição em que o(s) assentamento(s) se inscreve(m) na mundialização do capital e quais os limites da sua autonomia?

Estas especificidades/questionamentos estão postas para que se possa pensar nas articulações e contradições do território mediado pelo tripé Estado – Capital – Trabalho. Quando Marx coloca que o capital não é apenas resultado, mas pressuposição da produção capitalista, o geógrafo, na análise do território, precisa desvendar as premissas postas por Marx e a condição espacial das mesmas para assim poder contribuir com o desvendamento das máscaras sociais ocultas sob o fetichismo da mercadoria.

Para o geógrafo, o território se põe como mediação na compreensão da questão agrária e a “forma” de valorização do/no espaço pressupõem que existem limites e possibilidades para a compreensão e a ação dos movimentos sociais no campo. Neste sentido, acredita-se ser necessário que se conheça estruturalmente tais limites.

Considerações inconclusas

A estrutura da reprodução sociometabólica do capital é extremamente abrangente, ao ponto de Mészáros (2002) colocá-lo como o mais poderoso e abrangente sistema de reprodução sociometabólico (o conjunto da produção da vida material em seu micro e macrocosmo) já existente na história da humanidade. Pensar a respeito (e viver na contradição) de um modo de reprodução sociometabólico que produz incontáveis milhares de descartáveis a cada dia, fruto de suas determinações em submeter a tudo e todos em sua órbita de viabilidade produtiva, o que se vê é a aproximação da barbárie, que se concretiza na absolutização do valor de troca no âmbito da vida, fundamentalmente da classe trabalhadora, a quem o ônus da produção social (e apropriação individual) significa sua constante e intensa desrealização.

Marx nos Manuscritos de 1844 alertava que ao produzir mercadorias o trabalhador se tornaria ele mesmo uma mercadoria, e na proporção em que produzisse mercadorias no geral, ou seja, quanto mais mercadorias produzisse, mais coisificada se daria a sua existência. Quanto maior o grau de alienação, mais aprisionada se daria a sua vida num em-si que representa o individualismo de um capitalismo estruturalmente em crise, mas posto pelos seus apologistas como mais forte do que nunca. Mészáros (2002) já alertara que o problema é enxergar que a exceção é a regra. Aqui, os processos de reificação da existência humana dá mostras de força, mas aqui também se constitui a sua fraqueza. Neste sentido, é necessário operar uma transcendência total em relação à auto-alienação do trabalho (Mészáros, 2007).

Enquanto o Estado pasteuriza a diversidade das classes sociais e da luta de classes, os movimentos sociais precisam estar conscientizados do processo enquanto porta-vozes da construção do para-si. A figura do camponês foi 'despolitizada' com a noção de agricultura familiar arquitetada pelo Banco Mundial associado ao governo entreguista FHC. Mesmo assim, mas os camponeses resistem e trazem à tona a condição de "ornitorrinco" da sociedade brasileira, a partir do momento em que no cotidiano da luta de classes se mostram ao país ao mesmo tempo em que mostram que país é esse.

Essas reflexões se situam no âmbito da possibilidade de construção de uma alternativa radical ao modo de reprodução sociometabólico do capital, na medida em que o que almeja é contribuir para que o movimento camponês tenha consciência das diversas formas e estratégias que o capital se utiliza para roubar-lhe a autonomia, e, conseqüentemente, roubou-lhe a possibilidade de construir a sua vida através do seu trabalho quando lhe explora extraíndo a renda da terra.

O latifúndio possui raízes em todas as esferas de poder e governo a bancada ruralista é a segunda maior e alija a terra e o camponês quando esteriliza a possibilidade de fixação na terra reproduzindo a renda absoluta. O trabalho do camponês subsumido pelo poder do capital e do latifúndio também sofre com os

processos de alienação na medida em que para ele, a sua existência precisa ser permeada por essas figuras. A cisão operada se dá na vivência de alguns movimentos sociais no campo que sabem que a sua existência depende da ruptura com a lógica e o modo de reprodução baseado no capital. Para que isso ocorra é necessário estar atento ao significado ao significante do núcleo constituinte desse sistema: o tripé Estado – Capital – Trabalho. Nesse ponto, apesar da perspectiva ser direcionada mais ao papel do Estado, creio que haja possibilidade de contribuição para que os movimentos sociais reúnam forças para a construção dos sujeitos revolucionários do processo.

Pesquisar e compreender as formas e as faces da acumulação e reprodução do capital na marcha da exploração do trabalho abstrato (coisificação, reificação, fetichismo da mercadoria e do espaço mercadoria, apreensão da vida na incompreensão ontológica da sociedade através do trabalho) é de suma importância e a Geografia precisa se colocar ativamente no debate.

Notas

¹ Trabalho de Mestrado em Geografia (em andamento), vinculado ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Alexandrina Luz Conceição.

² Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo Balanço Conjuntural/dezembro de 2005 www.acaoterra.org/display.php?article=380.

³ Boletim Eletrônico da CPT: Por que fazemos biodiesel de soja. Postado il admmm Quinta, 27 Dezembro @ 10:00:00 BRST www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=847.

⁴ É preciso ressaltar que “[...] a autonomia *relativa* do Estado capitalista em relação às determinações econômicas deve *permanecer circunscrita aos limites da extração / exploração da mais-valia*, que constitui exatamente a espinha dorsal do capitalismo” (Silveira, 1984, p. 28).

⁵ Em linhas gerais podemos estabelecer que o trabalho vivo (dimensão concreta do trabalho) seria responsável pela criação de valores de uso e o trabalho morto (dimensão abstrata do trabalho) seria responsável pela criação de valores de troca, sendo que o segundo é preponderante sobre o primeiro. In: ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 9^o ed. São Paulo. Ed. Boitempo, 2003.

⁶ “(...) a crise do trabalho abstrato somente poderá ser entendida (...) como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto” (ANTUNES, 2003, p. 85).

⁷ *Los Límites del Capitalismo y La Teoría Marxista* (1990 – Fondo de Cultura Económica – México), tradução nossa.

Referências

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo. Ed. Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 9^o ed. São Paulo. Ed. Cortez, 2003.

ANTUNES, R. **Dimensões da precarização estrutural do trabalho**. In: DRUCK, G. & FRANCO, T. A Perda da Razão Social do Trabalho: terceirização e precarização. São Paulo. Ed. Boitempo, 2007.

AUED, I. M. **Transição ao Socialismo: o caso da URSS**. In: <http://www.revistap Praxis.cjb.net>, acesso em 23/09/2000.

CPT. Boletim Eletrônico: **Por que fazemos biodiesel de soja**. In: www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=847, acesso em 03/05/2008.

DAMIANI, A. L. **As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço**. In: DAMIANI, A. L. & CARLOS, A. F. A. (org). O Espaço no fim de século: a nova raridade. São Paulo. Ed. Contexto, 1999.

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo: Balanço Conjuntural/dezembro de 2005. In: www.acaoterra.org/display.php?article=380, acesso em 03/05/2008.

GONÇALVES, C. W. P. **Estrutura Agrária e Dominação do Campo: notas para um debate**. In: SANTOS, M. (org). Novos Rumos da Geografia Brasileira. 4° ed. São Paulo. Ed. Hucitec, 1996.

HARVEY, D. **Los Límites Del Capitalismo Y La Teoria Marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo. Ed. Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo. Ed. Loyola, 2004.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. 3° Ed. São Paulo. Proposta Editorial, 1980.

KOSMINSKY, E. V. & ANDRADE, M. M. **O Estado e as classes sociais**. In: MARTINS, J. S. Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo. Ed. Hucitec, 1996.

KURZ, R. **Os últimos combates**. 5° ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2007.

MARTINS, J. S. **A Sociedade Vista do Abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. Vol. 1. 20° Ed. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. Vol. 2. 18° Ed. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo. Ed. Boitempo, 2004.

MARX, K. **A Ideologia Alemã**. São Paulo. Ed. Boitempo, 2007.

MARX, K apud Aued, I. M. & Albuquerque, E. S. **O método da desconstituição do capital e a geografia**. Revista Terra Livre, v. 1, Ano 21, n. 24, p. 47.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: ruma a uma teoria da transição**. São Paulo. Ed. Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo. Ed. Boitempo, 2007.

MORAES, A. C. R. & COSTA, W. M. **A Geografia e o Processo de Valorização do Espaço**. In: SANTOS, M. (org). Novos Rumos da Geografia Brasileira. 4° ed. São Paulo. Ed. Hucitec, 1996.

NETTO, J. P. (org). **Engels. (col. Grandes Cientistas Sociais)**. São Paulo. Ed. Ática, 1981.

OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista / O ornitorrinco**. São Paulo. Ed. Boitempo, 2003.

SILVA, A. C. **Geografia e Lugar Social**. São Paulo. Editora Contexto, 1991.

SILVA, L. R. **Do Senso-Comum à Geografia Científica**. São Paulo. Ed. Contexto, 2004.

SILVEIRA, P. (org). **Poulantzas. (col. Grandes Cientistas Sociais)**. São Paulo. Ed. Ática, 1984.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e produção do espaço**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, S. T. et. al. **Reforma agrária na região sudoeste da Bahia: organização, desenvolvimento, gestão e qualidade de vida nas áreas de assentamento**. In: MENEZES, A. V. C. et. al. (org.). Organização e Dinâmica do Espaço Agrário e Regional. São Cristóvão. NPGeo/UFS, 2003.

Contato com os autores: wagnervalter@yahoo.com.br

Recebido em: 10/06/2008

Aprovado em: 18/11/2008